

Processo nº: 23090.016941/2016-74

Concorrência nº 011/2016

Abertura: dia 04/05/2017, às 08h30min.

Local de abertura: Universidade Federal de Lavras/ Diretoria de Gestão de Materiais – *campus* Universitário – Lavras/ MG.

Tipo de Licitação: Melhor Técnica.

Visita técnica: A UFLA coloca-se à disposição para agendamento de visitas ao local, que deverá ser previamente solicitada à Prefeitura Universitária, pelo telefone (35) 3829-1503, de 2ª a 6ª feira, no horário das 07 horas às 12 horas e de 13 horas às 17 horas.

EDITAL DA CONCORRÊNCIA Nº 011/2016

A **UNIVERSIDADE FEDERAL DE LAVRAS**, pessoa jurídica de direito público, autarquia especial integrante da Administração Indireta da União, criada pela Lei n.º 8.956, de 15 de dezembro de 1994, vinculada ao Ministério da Educação, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 22.078.679/0001-74, por intermédio de sua Comissão Permanente de Licitação, designada pela Portaria/Reitoria n.º 785, de 7 de junho de 2016, torna público para conhecimento dos interessados que no dia **04/05/2017, às 08h30min**, sessão pública a ser realizada na Diretoria de Gestão de Materiais - DGM – Prédio da Administração Central da UFLA – Campus Universitário - Lavras/MG, será realizada licitação na modalidade de CONCORRÊNCIA, do tipo MELHOR TÉCNICA. Esta licitação reger-se-á pelas disposições contidas na Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, na Lei 6.120, de 15 de outubro de 1974, no Decreto-Lei nº 9.760, de 5 de setembro de 1946, na Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, alterada pela Lei Complementar nº 147, de 7 de agosto de 2014, no Decreto nº 3.722, de 9 de janeiro de 2001, no Decreto nº 8.538, de 06 de outubro de 2015, na IN/SLTI/MP nº 2, de 11 de outubro de 2010, na IN/SLTI/MP nº 1, de 19 de janeiro de 2010, na IN/SLTI/MP nº 2, de 16 de setembro de 2009, e nas demais normas legais correlatas, bem como em observância às condições estabelecidas neste Edital, nos seus Anexos e no Processo nº 23090.016941/2016-74.

1. DO OBJETO

1.1. O objeto da presente licitação é a concessão de uso de espaço público, a título oneroso, de 13 (treze) imóveis residenciais localizados no campus da Universidade Federal de Lavras, com fins de moradias destinadas a servidores públicos federais ocupantes de cargo efetivo junto da Universidade Federal de Lavras e sua família, em conformidade às especificações constantes neste Edital e seus anexos.

2. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

2.1. Ser servidor público federal ocupante de cargo de provimento efetivo da Universidade Federal de Lavras.

2.2. Possuir vínculo ativo para com a Universidade Federal de Lavras, observada a exigência constante do subitem anterior.

2.3. O(a) servidor(a) e seu cônjuge ou companheiro(a) não podem ser proprietários, promitentes compradores, cessionários ou promitentes cessionários de imóvel residencial edificado localizado no município de Lavras, incluída a hipótese de lote edificado sem averbação de construção.

2.4. O(a) servidor(a) e seu cônjuge ou companheiro(a) não poderão ter quantias devidas, a qualquer título, aos cofres públicos, em decorrência de utilização anterior de imóvel residencial pertencente à Administração Federal, direta ou indireta.

3. DA OPÇÃO POR IMÓVEL(IS) A CONCORRER

- 3.1. Os licitantes poderão realizar, por sua conta e risco, opção por qualquer um dos imóveis constantes do item 4 deste instrumento.
- 3.2. Os licitantes poderão disputar mais de um imóvel.
- 3.3. Poderá ser adjudicado apenas um imóvel por licitante.
- 3.4. Os licitantes deverão indicar em formulário próprio, conforme Anexo II, quais imóveis pretende concorrer e qual é a ordem de preferência dos mesmos, caso sagre-se vencedor da disputa em mais de um imóvel.

4. DA IMPUGNAÇÃO DO ATO CONVOCATÓRIO

4.1. Qualquer pessoa poderá impugnar o ato convocatório da presente licitação, devendo protocolar o pedido até cinco dias úteis antes da data fixada para a abertura dos envelopes de habilitação, devendo a UFLA julgar e responder à impugnação em até três dias úteis.

4.1.1. a impugnação deverá ser apresentada por escrito, exclusivamente, protocolizada na Diretoria de Gestão de Materiais da UFLA, situado no andar térreo do Edifício da Administração Central, das 8h às 12h e 14h às 18h.

4.2. Acolhida a impugnação contra o ato convocatório, será definida e publicada nova data para realização do certame.

4.3. Decairá do direito de impugnar os termos do presente Edital o licitante que não o fizer até o segundo dia útil que anteceder à abertura dos envelopes de habilitação, hipótese em que tal comunicação não terá efeito de recurso.

4.4. Apenas serão recebidas as impugnações devidamente redigidas e assinadas em todas as páginas pelo representante legal.

5. DA VISTORIA

5.1. O licitante poderá vistoriar o local da concessão objeto desta licitação para inteirar-se das condições e graus de dificuldades existentes, até o segundo dia útil anterior ao da apresentação das propostas, em companhia de servidor (a) designado pela Universidade Federal de Lavras.

5.1.1. Os licitantes não poderão alegar desconhecimento das condições e grau de dificuldades existentes como justificativa para se eximir das obrigações assumidas em decorrência deste Edital.

5.2. A UFLA coloca-se à disposição para agendamento de visitas ao local da concessão, que deverá ser previamente solicitada à Prefeitura Universitária, pelo telefone (35) 3829-1503, de 2ª a 6ª feira, no horário das 07 horas às 12 horas e de 13 horas às 17 horas.

5.3. Por ocasião da vistoria, o licitante deverá trazer declaração em duas vias, em papel que o identifique, elaborada de acordo com o Anexo VI, que será visada por um representante da licitante e constituirá documento de habilitação do certame.

5.4. Na hipótese do licitante não realizar vistoria *in loco* deverá apresentar declaração de responsabilidade por não vistoria, conforme Anexo VII, que constituirá documento de habilitação do certame, em substituição ao disposto no item 5.3.

6. DO ENVELOPE A SER ENTREGUE

- 6.1. Cada licitante deverá apresentar 01 (um) envelope, a saber: de "Documentos de Habilitação".
- 6.2. Os documentos exigidos poderão ser apresentados em original, por meio de cópias autenticadas por cartório competente; ou por servidores da UFLA, mediante a apresentação dos documentos originais, **até 24 (vinte quatro) horas antes da data marcada para o recebimento e abertura do ENVELOPE**; ou por publicação em órgão da imprensa oficial.
- 6.3. Serão aceitas somente cópias legíveis.
- 6.4. Não serão aceitos documentos cujas datas estejam rasuradas.
- 6.5. A Comissão Permanente de Licitação reserva-se o direito de solicitar o original de qualquer documento, sempre que julgar necessário.
- 6.6. O envelope "Documentos de Habilitação" deverá ser entregue, fechado, rubricado no fecho e identificado com o nome do licitante, o número e objeto da licitação e, o título do conteúdo ("Documentos de Habilitação"), na forma do inciso I a seguir:

I. Envelope contendo os Documentos de Habilitação:

ENVELOPE Nº 01 - DOCUMENTAÇÃO

UNIVERSIDADE FEDERAL DE LAVRAS - UFLA

CONCORRÊNCIA Nº 011/2016

ABERTURA: 04/05/2017, às 08h30min.

NOME DO PROPONENTE

CPF

- 6.7. Sob pena de inabilitação, os documentos encaminhados deverão estar em nome do licitante.
- 6.8. Todos os documentos emitidos em língua estrangeira deverão ser entregues acompanhados da tradução para língua portuguesa, efetuada por tradutor juramentado, e também devidamente consularizados ou registrados no cartório de títulos e documentos.
- 6.9. Documentos de procedência estrangeira, mas emitidos em língua portuguesa, também deverão ser apresentados devidamente consularizados ou registrados em cartório de títulos e documentos.
- 6.10. No dia, hora e local designados neste Edital, na presença dos representantes dos licitantes e demais pessoas que queiram assistir ao ato, a Comissão Permanente de Licitação receberá o envelope, devidamente fechado e rubricado nos fechos, a documentação exigida para habilitação e classificação, registrando em ata a presença dos participantes. Após o recebimento dos envelopes, nenhum outro documento será aceito pela Comissão.
- 6.10.1. Não serão aceitos os envelopes entregues fora do dia, horário e local estabelecidos no preâmbulo do presente Edital.

7. DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO (ENVELOPE Nº 1)

7.1. Os licitantes deverão apresentar, em envelope próprio e especificamente para os fins deste certame licitatório, os seguintes documentos:

- 7.1.1. fotocópia da Carteira de Identidade do(a) servidor(a);
- 7.1.2. fotocópia do Cartão do CPF do(a) servidor(a), caso o número do CPF do mesmo não esteja constando na Carteira de Identidade;
- 7.1.3. fotocópia da Portaria de Nomeação do(a) servidor(a) publicada no Diário Oficial da União – DOU, ou documento substituto;
- 7.1.4. fotocópia do último contracheque disponível até a data da sessão pública;

- 7.1.5. declaração assinada pelo(a) servidor(a) de que o mesmo, seu cônjuge ou companheiro(a) e dependentes não recebem nenhum tipo de auxílio moradia, indenização ou ressarcimento para fazer face com despesas de aluguel;
- 7.1.6. declaração assinada pelo(a) servidor(a) com conteúdo dispondo que o mesmo, seu cônjuge ou companheiro(a) e dependentes não são proprietários, promitentes compradores, cessionários ou promitentes cessionários de imóvel residencial edificado localizado no município de Lavras-MG, incluída a hipótese de lote edificado sem averbação de construção;
- 7.1.7. fotocópia da última Declaração de Ajuste Anual de Imposto de Renda enviada à Receita Federal do Brasil, ou da última Declaração Retificadora, bem como o respectivo Recibo de Entrega da Declaração de Ajuste Anual (Declaração Original ou da última Declaração Retificadora);
- 7.1.8. certidão negativa de bens imóveis, emitida pelo Cartório de Registro de Imóveis competente, constando que o(a) servidor(a), seu cônjuge ou companheiro(a) e dependentes não possuem imóvel no município de Lavras-MG.
- 7.1.9. Declaração, sob as penas da lei, de inexistência de fato superveniente que possa impedir a sua habilitação neste certame, conforme modelo constante no Anexo III.
- 7.2. Os documentos a serem apresentados deverão estar devidamente ordenados e precedidos de uma capa, devidamente preenchida e assinada, conforme modelo constante no Anexo II do Edital.
- 7.3. Em caso de o(a) servidor(a) instituir um procurador para representá-lo(a) na sessão pública, ao rol de documentos anteriormente apresentados, deverão ser acrescidos:
 - 7.3.1. fotocópia da Carteira de Identidade do procurador;
 - 7.3.2. fotocópia do Cartão do CPF do procurador, caso o número do CPF do mesmo não esteja constando na Carteira de Identidade;
 - 7.3.3. procuração, em via original, com as assinaturas devidamente atestadas por autoridade cartorial competente.
- 7.4. Os documentos sem a expressa data de validade, poderão ter sido expedidos, no máximo, com 90 (noventa) dias de antecedência à data de abertura da licitação.

8. DO PROCEDIMENTO

8.1. A Comissão de Licitação realizará abertura da sessão pública no Sistema SIASGNet, salvo em casos de força maior devidamente justificado.

Cada licitante credenciará apenas um representante, que será o único admitido a intervir nas fases do procedimento licitatório e a responder, para todos os atos e efeitos previstos neste Edital, por seu representado.

8.2. Quando da entrega dos envelopes a Comissão realizará os registros afetos ao CREDENCIAMENTO das licitantes.

8.3. Cada licitante, ou o respectivo representante legal, para fins de CREDENCIAMENTO, disponibilizará documento assinado, contemplando, no mínimo, as informações abaixo listadas, devidamente:

- a. CPF do licitante;
- b. nome completo do licitante;

- c. endereço completo (cidade/UF/bairro/CEP);
- d. telefone da licitante; e
- e. e-mail para contato com a licitante.

8.4. O representante legal, quando designado, apresentará documento de identidade com fotografia e dentro do prazo de validade, tais como: carteira de identidade, passaporte, carteira de trabalho, carteira de motorista, carteiras de identidade de conselhos regionais e federações trabalhistas (tais como OAB, CREA, CRM etc.); e o devido instrumento público ou privado de procuração, com firma reconhecida em cartório, dos quais seja possível extrair as seguintes informações:

- a. CPF do representante legal;
- b. n.º do Documento de Identidade do representante legal;
- c. Órgão Emissor/UF/Data de Emissão do documento de identidade do representante legal;
- d. tipo de documento que delega/outorga os poderes de representação;
- e. nome/CPF do outorgante dos poderes de representação;
- f. data do documento de outorga.

8.5. Qualquer manifestação das licitantes, por intermédio de seus representantes legais, em qualquer fase do presente certame fica condicionada à prévia apresentação dos documentos e à realização dos registros mencionados nos itens 8.3 e 8.4.

8.6. Fica assegurado às licitantes, desde que devidamente justificado e mediante a disponibilização dos documentos previstos nos itens 8.3 e 8.4, a substituição do seu representante legal junto à Comissão de Licitação.

8.7. Cada representante poderá representar apenas um licitante.

8.8. A não apresentação ou incorreção/invalidade dos documentos de que tratam os itens 8.3 e 8.4 não implicará a exclusão da licitante do certame, mas impedirá o representante legal de se manifestar, assinar e/ou rubricar documentos ou de responder durante a sessão pública, participando o mesmo apenas como ouvinte.

8.9. Inviabilizada a continuidade do procedimento licitatório na sessão de abertura dos envelopes, os motivos para a suspensão dos trabalhos deverão ser consignados em ata e a sequência da licitação dar-se-á em nova reunião previamente comunicada a todos os licitantes.

8.10. Caso a suspensão dos trabalhos ocorra antes da abertura dos envelopes "Documentação" estes ficarão sob a guarda da Comissão de Licitação, devidamente rubricados no fecho pelos seus membros e pelos representantes legais dos licitantes presentes, até a data e o horário marcados para continuidade da licitação.

8.11. O Presidente da Comissão Permanente de Licitação anunciará a abertura dos envelopes "Documentação" dos licitantes, cujos documentos serão rubricados, folha por folha, pela Comissão e pelos representantes presentes dos licitantes.

8.12. Intimados os licitantes verbalmente, em sessão, da decisão da Comissão sobre a habilitação, e havendo renúncia expressa de interposição de recurso por parte de todas elas, fato que deverá constar na ata, o Presidente fará o envio do resultado para publicação, no *Diário Oficial*.

8.13. Caso não haja, na sessão, renúncia expressa de interposição de recurso por parte de qualquer licitante, ou havendo ausência de qualquer um de seus representantes, fato que deverá constar na ata, a Comissão encerrará a reunião, abrindo-se, desta forma, o prazo recursal de que trata o artigo 109 da Lei nº 8.666, de 1993.

8.14. Se necessário, a Comissão poderá suspender a reunião, para análise da documentação, realização de diligências ou consultas, tudo sendo registrado em ata.

8.15. Suspensa a reunião, os documentos ficarão em poder da Comissão.

- 8.16. Após a análise da documentação ou a realização de diligências ou consultas, a Comissão fará publicar no *Diário Oficial* da União a sua decisão quanto à habilitação.
- 8.17. Publicada a decisão da Comissão no *Diário Oficial* da União, abre-se o prazo recursal de que trata o art. 109 da Lei nº 8.666, de 1993.
- 8.18. Após a fase de habilitação, não é admitida desistência da proponente, que será considerada em todos os seus efeitos obrigacionais, salvo por motivo justo, decorrente de fato superveniente aceito pela Comissão.
- 8.19. Quando todos os licitantes forem inabilitados ou desclassificados a Comissão de Licitação poderá fixar aos licitantes o prazo de 8 (oito) dias úteis para a apresentação de nova documentação escoimadas das causas de inabilitação ou desclassificação.
- 8.20. A Comissão poderá solicitar parecer de técnicos pertencentes ao Quadro de Pessoal da Universidade Federal de Lavras, ou, ainda, de pessoas físicas ou jurídicas estranhas a ela, para orientar-se na sua decisão.
- 8.21. Em não sendo necessária a suspensão da reunião para análise da documentação ou realização de diligências ou consultas, a Comissão decidirá sobre a classificação dos licitantes e procederá ao julgamento final da licitação.
- 8.22. Estando presentes todos os representantes dos licitantes, a Comissão poderá intimá-los verbalmente da decisão sobre a classificação ou desclassificação, e o julgamento final da licitação. Caso contrário, a intimação far-se-á por meio de publicação no *Diário Oficial* da União. Em qualquer caso, tudo deverá constar na ata que será assinada por todos os seus membros e pelos representantes dos licitantes.
- 8.23. Caso não haja, na sessão, renúncia expressa de interposição de recurso por parte de qualquer licitante, ou havendo ausência de qualquer um dos seus representantes, fato que deverá constar na ata, a Comissão encerrará a reunião, fazendo publicar a sua decisão no *Diário Oficial* da União, abrindo-se, a partir de então, o período recursal de que trata o artigo 109 da Lei nº 8.666, de 1993.
- 8.24. Se necessário, a Comissão poderá suspender a reunião, para análise da documentação, realização de diligências ou consultas, tudo sendo registrado em ata.
- 8.25. Após a análise da documentação ou a realização de diligências ou consultas, a Comissão fará publicar no *Diário Oficial* da União a sua decisão quanto à classificação ou desclassificação e o julgamento final da licitação.
- 8.26. Publicada a decisão da Comissão no *Diário Oficial* da União, abre-se o prazo recursal de que trata o art. 109 da Lei nº 8.666, de 1993.
- 8.27. Transcorrido o prazo de que trata o item anterior sem a interposição de recursos, a Comissão submeterá o processo de licitação à autoridade competente da UFLA para homologação e adjudicação de seu objeto.
- 8.28. Das reuniões para recebimento e abertura dos envelopes serão lavradas atas circunstanciadas e distintas, que mencionarão todos os licitantes, as reclamações e impugnações feitas pelos licitantes e as demais ocorrências que interessarem ao julgamento da licitação, devendo tais documentos ser assinados pelos membros da Comissão e por todos os representantes presentes dos licitantes.

9. DO JULGAMENTO

- 9.1. O julgamento da licitação será realizado em fase única:
- a. A fase de habilitação, que compreenderá a verificação e a análise dos documentos apresentados no envelope "Documentos de Habilitação" de cada licitante, relativamente ao atendimento das exigências constantes do presente Edital.

9.2. Fase de Habilitação:

- a. Os licitantes que deixarem de apresentar quaisquer dos documentos exigidos no envelope "Documentação", ou os apresentarem em desacordo com o estabelecido neste Edital ou com irregularidades, serão inabilitados, não se admitindo complementação posterior.
- b. Em não sendo necessária a suspensão da reunião para análise da documentação ou realização de diligências ou consultas, a Comissão decidirá sobre a habilitação de cada licitante.
- c. Estando presentes todos os representantes dos licitantes, a Comissão poderá intimá-los verbalmente da decisão sobre a habilitação ou inabilitação. Caso contrário, a intimação far-se-á por meio de publicação no *Diário Oficial* da União. Em qualquer caso, tudo deverá constar da ata que será assinada por todos os seus membros e pelos representantes presentes dos licitantes.
- d. A inabilitação do licitante importa preclusão do seu direito de participar das fases subsequentes.

9.3. Serão desclassificadas:

9.3.c.1. As licitantes que apresentarem a documentação em desacordo com o estabelecido neste Edital, ou com irregularidades, bem como as que apresentarem oferta abaixo dos valores iniciais constantes dos orçamentos da UFLA.

9.3.c.2. Ocorrendo empate na pontuação apresentados por dois ou mais licitantes, o julgamento final se fará por sorteio, em ato público, para o qual todos os licitantes serão convocados.

9.3.c.3. Decorridos 30 (trinta) minutos da hora marcada, sem que compareçam todos os convocados, o sorteio será realizado, a despeito das ausências.

9.4. Serão critérios objetivos de julgamento da concorrência para fins de apuração do vencedor do certame, por imóvel pleiteado, o número de moradores da futura residência, a remuneração básica bruta, o tempo de efetivo exercício prestado à UFLA, à União e à Administração Pública em cargo de provimento efetivo e o cargo efetivo que ocupa na UFLA.

9.5. Quanto ao número de moradores da futura residência, será concedido 1 (um) ponto por pessoa que residirá efetivamente no imóvel concedido, incluindo o próprio licitante/servidor.

9.5.a.1. Será concedido ponto em função do número de dependentes constante da última Declaração de Imposto de Renda enviada à Receita Federal do Brasil, cujo envio tenha ocorrido até o primeiro dia útil anterior à data de realização da sessão pública do presente certame licitatório.

9.6. Quanto à remuneração, será(ão) concedido(s) ponto(s) ao licitante de acordo com a tabela abaixo apresentada, embasada nas faixas salariais definidas pelo Ministério do Planejamento Orçamento e Gestão para fins de concessão de assistência à saúde suplementar, instituída pela Portaria MPOG nº. 8, de 13 de janeiro de 2016.

Remuneração Básica Bruta (em R\$)	Pontuação
até 1.499,00	8
de 1.500,00 a 1.999,00	7
de 2.000,00 a 2.499,00	6
de 2.500,00 a 2.999,00	5
de 3.000,00 a 3.999,00	4
de 4.000,00 a 5.499,00	3
de 5.500,00 a 7.499,00	2
7.500,00 ou mais	1

9.6.a.1. Será(ão) concedido(s) ponto(s) ao licitante, no quesito Remuneração Básica Bruta, em atenção à tabela supra e considerando-se a informação disponível em seu último contracheque disponível até a data de realização da sessão pública do presente certame licitatório.

9.6.a.1.1. A Remuneração Básica Bruta é composta pela soma das parcelas remuneratórias correspondentes ao cargo efetivo, a função ou o cargo comissionado e, ainda, aos seguintes adicionais: adicional de certificação profissional (formação, especialização, aperfeiçoamento, auto estudo), adicional de insalubridade, adicional de periculosidade, adicional noturno, adicional plantão hospitalar, adicional serviço extraordinário, adicional de sobreaviso, adicional de gestão educacional e adicional por tempo de serviço.

9.7. Quanto ao tempo de serviço público prestado à Universidade Federal de Lavras será concedido 1 (um) ponto a cada 360 (trezentos e sessenta) dias de efetivo exercício em cargo de provimento efetivo, comprovado mediante declaração emitida pela Pró-Reitoria de Gestão e Desenvolvimento de Pessoas da UFLA.

9.7.a.1. A contagem do tempo de efetivo exercício prestado à UFLA a ser declarado pelo órgão limitar-se-á ao dia anterior à data da sessão pública do presente certame licitatório.

9.8. Quanto ao tempo de serviço prestado à União, será concedido 1 (um) ponto a cada 360 (trezentos e sessenta) dias de efetivo exercício em cargo de provimento efetivo, comprovado mediante declaração emitida pela Pró-Reitoria de Gestão e Desenvolvimento de Pessoas da UFLA.

9.8.a.1. A comprovação do tempo de efetivo exercício em cargo de provimento efetivo prestado à União poderá ser feita mediante declaração emitida pelo(s) órgão(ões) que o licitante tenha ocupado cargo de provimento efetivo, caso o mesmo não tenha feito averbação do tempo trabalhado no órgão junto da UFLA.

9.8.a.2. A contagem do tempo de efetivo exercício prestado à União que deverá constar na declaração de contagem de tempo de serviço limitar-se-á ao dia anterior à data da sessão pública do presente certame licitatório.

9.9. Quanto ao tempo de serviço prestado à Administração Pública, será concedido 1 (um) ponto a cada 360 (trezentos e sessenta) dias de efetivo exercício em cargo de provimento efetivo, comprovado mediante declaração emitida pela Pró-Reitoria de Gestão e Desenvolvimento de Pessoas da UFLA.

9.9.a.1. Entende-se por Administração Pública, para os fins deste certame licitatório, todos os órgãos e entidades, com personalidade jurídica de direito público ou privado, integrante da Administração Pública Direta e Indireta de qualquer um dos Poderes e de qualquer esfera de governo.

9.9.a.2. A comprovação do tempo de efetivo exercício em cargo de provimento efetivo prestado à Administração Pública poderá ser feita mediante declaração emitida pelo(s) órgão(ões) que o licitante tenha ocupado cargo de provimento efetivo, caso o mesmo não tenha feito averbação do tempo trabalhado no órgão junto da UFLA.

9.9.a.3. A contagem do tempo de efetivo exercício prestado à Administração Pública que deverá constar na declaração de contagem de tempo de serviço limitar-se-á ao dia anterior à data da sessão pública do presente certame licitatório.

9.10. Também serão admitidas declarações de contagem de serviço, desde que atendidos os requisitos anteriormente estabelecidos, emitidas por sistemas informatizados de Tecnologia da Informação.

9.10.a.1. Será de inteira responsabilidade do licitante os prejuízos que, por ventura, lhe forem causados em virtude da apresentação de declarações emitidas por sistemas informatizados de Tecnologia da Informação.

9.10.a.2. A apresentação de declarações falsas ou adulteradas imputará a respectiva responsabilidade ao licitante, o qual poderá sofrer as consequências previstas nas legislações pertinentes.

9.11. Caso existam, serão admitidas as casas decimais referentes à pontuação dos licitantes em função da contagem de tempo de serviço, nos termos dos subitens 9.7; 9.8 e 9.9 deste instrumento.

9.12. Em atendimento à necessidade da Administração e essencialidade do serviço público serão conferidos pontos aos licitantes em virtude de seu cargo, conforme abaixo descrito:

9.12.a.1. 05 pontos, se ocupante do cargo efetivo de vigilante/brigadista;

9.12.a.2. 04 pontos, se ocupante do cargo efetivo de eletricista, qualquer nível de classificação do PCCTAE;

9.12.a.3. 04 pontos, se ocupante do cargo efetivo de bombeiro hidráulico, qualquer nível de classificação do PCCTAE;

9.12.a.4. 04 pontos, se ocupante do cargo efetivo de operador de máquinas, qualquer nível de classificação do PCCTAE;

9.12.a.5. 04 pontos, se ocupante do cargo efetivo de motorista;

9.12.a.6. 04 pontos, se servidor lotado na ETA ou ETE, qualquer nível de classificação do PCCTAE;

9.12.a.7. 04 pontos, se servidor lotado na Diretoria de Materiais e Patrimônio, qualquer nível de classificação do PCCTAE.

9.13. Será declarado vencedor do certame licitatório, por imóvel, o licitante que somar maior número de pontos.

9.14. Caso o licitante seja vencedor no certame de mais de um imóvel lhe será concedido aquele de acordo com a sua ordem de preferência indicada na capa de seus documentos apresentados, elaborada conforme modelo disponível no Anexo II do Edital.

9.14.a.1. Não será permitida, em hipótese nenhuma, a alteração da ordem de preferência indicada no documento especificado no item anterior.

9.15. Assim, o imóvel será concedido ao licitante imediatamente posterior, obedecida rigorosamente a classificação do certame licitatório, por imóvel.

9.16. O método para se proceder ao desempate entre os licitantes empatados será o sorteio público, nos termos do §2º do art. 45 da Lei Federal 8.666/93.

10. DOS RECURSOS

10.1. Dos atos da Administração, decorrentes da aplicação da Lei nº 8.666, de 1993, caberão:

I. Recurso interposto no prazo de cinco dias úteis, contado da intimação do ato ou da lavratura da ata, a ser protocolizado na Diretoria de Gestão de Materiais da Universidade Federal de Lavras, situada no Prédio da Administração Central, no horário das 8 horas às 12 horas e das 14 horas às 18 horas, nos casos de:

a) Habilitação ou inhabilitação da licitante.

b) Julgamento das propostas.

c) Anulação ou revogação da licitação.

d) Rescisão do contrato, a que se refere o inciso I do art. 79 da Lei nº 8.666, de 1993.

e) Aplicação das penas de advertência, suspensão temporária ou multa.

II. Representação, no prazo de cinco dias úteis, contado da intimação da decisão relacionada com o objeto da licitação, de que não caiba recurso hierárquico; e

III. Pedido de reconsideração de decisão da Universidade Federal de Lavras, no caso de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, no prazo de dez dias úteis da intimação do ato.

10.2. O recurso cabível para a fase de habilitação terá efeito suspensivo e será comunicado aos demais licitantes, que poderão impugná-lo no prazo de cinco dias úteis.

a. O recurso será dirigido à autoridade superior, por intermédio da que praticou o ato recorrido, a qual poderá reconsiderar sua decisão, no prazo de cinco dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhá-lo devidamente informado àquela autoridade. Neste caso, a decisão deverá ser proferida dentro de cinco dias úteis, contados do recebimento do recurso.

10.3. A intimação dos atos referidos nas alíneas "a", "b", "c" e "d" do inciso I e no inciso III do subitem 10.1, será feita mediante publicação no *Diário Oficial* da União, salvo para os casos previstos nas alíneas "a" e "b" do inciso I, se presentes os prepostos das licitantes no ato em que foi adotada a decisão, quando poderá ser feita por comunicação direta aos interessados e lavrada em ata.

10.4. Os recursos e impugnações interpostos fora dos prazos não serão conhecidos.

11. DA HOMOLOGAÇÃO / ADJUDICAÇÃO

11.1. A Comissão Permanente de Licitação submeterá o processo de licitação à autoridade competente da UFLA, para homologação e adjudicação do objeto da licitação à vencedora.

12. DO CONTRATO

12.1. Para o fiel cumprimento das obrigações assumidas será firmado Contrato com o licitante vencedor, de acordo com a legislação vigente, conforme minuta constante no Anexo IV.

12.2. A UFLA convocará o licitante vencedor para assinar o contrato, a qual terá o prazo de 5 (cinco) dias úteis, a contar do recebimento da notificação para comparecer à Diretoria de Contratos e Convênios (DICON), sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das penalidades previstas no art. 81 da Lei nº 8.666/93.

12.3. É facultado à Administração da Universidade Federal de Lavras, quando a convocada não assinar o referido instrumento contratual no prazo e condições estabelecidos, chamar as licitantes remanescentes, obedecida à ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas mesmas condições propostas pela primeira classificada, inclusive quanto aos preços atualizados, ou revogar esta Concorrência, independentemente da cominação estabelecida no art. 81 da Lei nº 8.666/93.

12.4. A recusa injustificada em assinar o contrato, aceitar ou retirar o instrumento equivalente, dentro do prazo fixado pela Administração da Universidade Federal de Lavras caracteriza o descumprimento total da obrigação assumida, sujeitando-a às penalidades legalmente estabelecidas.

12.5. O prazo estabelecido no subitem 12.2 para assinatura do Contrato poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, quando solicitado pela Adjudicatária durante o seu transcurso e desde que ocorra motivo justificado e aceito pela Universidade Federal de Lavras.

13. DA VIGÊNCIA E DA EFICÁCIA

13.1. A presente concessão de uso terá a duração de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogado conforme legislação pertinente à matéria.

14. DA ALTERAÇÃO DO CONTRATO

14.1. O Contrato a ser firmado poderá ser alterado nos casos previstos no art. 65 da Lei nº 8.666/93, com a apresentação das devidas justificativas adequadas a esta Concorrência.

15. VALOR DA CONCESSÃO E FORMAS DE PAGAMENTO

15.1. O valor inicial mensal para o ônus da concessão, será:

- 15.1.1. IMÓVEL 1 (PN 01) - R\$ 714,07 (setecentos e quatorze reais e sete centavos);
- 15.1.2. IMÓVEL 3 (PN 03) - R\$ 445,16 (quatrocentos e quarenta e cinco reais e dezesseis centavos);
- 15.1.3. IMÓVEL 4 (PN 04) - R\$ 494,39 (quatrocentos e noventa e quatro reais e trinta e nove centavos);
- 15.1.4. IMÓVEL 5 (PN 05) - R\$ 608,23 (seiscentos e oito reais e vinte e três centavos);
- 15.1.5. IMÓVEL 6 (PN 06) - R\$ 606,96 (seiscentos e seis reais e noventa e seis centavos);
- 15.1.6. IMÓVEL 7 (PN 07) - R\$ 581,53 (quinhentos e oitenta e um reais e cinquenta e três centavos);
- 15.1.7. IMÓVEL 8 (PN 08) - R\$ 651,70 (seiscentos e cinquenta e um reais e setenta centavos);
- 15.1.8. IMÓVEL 9 (PN 09) - R\$ 916,91 (novecentos e dezesseis reais e noventa e um centavos);
- 15.1.9. IMÓVEL 10 (PN 10) - R\$ 714,67 (setecentos e quatorze reais e sessenta e sete centavos);
- 15.1.10. IMÓVEL 11 (PN 11) - R\$ 612,65 (seiscentos e doze reais e sessenta e cinco centavos);
- 15.1.11. IMÓVEL 12 (PN 12) - R\$ 510,83 (quinhentos e dez reais e oitenta e três centavos);
- 15.1.12. IMÓVEL 13 (PN 13) - R\$ 1.062,66 (um mil, sessenta e dois reais e sessenta e seis centavos);
- 15.1.13. IMÓVEL 14 (PN 14) - R\$ 389,19 (trezentos e oitenta e nove reais e dezenove centavos);

15.2. Os valores de aluguel mensal indicados para cada imóvel foram baseados em avaliação imobiliária realizada por profissional competente, e atualizadas pelo IGP-M (FGV) . Todas as avaliações são constantes do presente Processo Licitatório.

15.3. O valor mensal de que trata este item começará a ser contado a partir da data da vigência do Contrato.

16. DO REAJUSTE

16.1. Será admitido o reajuste do preço do aluguel, desde que seja observado o interregno mínimo de um ano, contado a partir da data da sessão pública da concorrência do certame licitatório.

16.1.1. Será utilizado o Índice Geral de Preços do Mercado (IGP-M), divulgado pela Fundação Getúlio Vargas (FGV) para cálculo do reajuste.

16.1.2. Para os reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

17. DO PAGAMENTO

17.1. O pagamento do valor mensal estipulado e das demais despesas, como água, esgoto e energia elétrica, será realizado mediante desconto em folha de pagamento do servidor concessionário

17.2. Na hipótese de não pagamento dentro do prazo estipulado, será aplicada à Concessionária as sanções estabelecidas no item 21 do presente Edital.

18. DO ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO

18.1. Nos termos do art. 67, *caput*, e § 1º, da Lei nº 8.666, de 1993, a Concedente designará uma Comissão para acompanhar e fiscalizar a execução do Contrato, anotando em registro próprio todas as ocorrências e determinando o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados.

18.2. A fiscalização de que trata o item 18.1 deste Item não exclui nem reduz a responsabilidade da Concessionária, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Concedente ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666/93.

18.3. As decisões e providências que ultrapassarem a competência do representante deverão ser solicitadas a seus superiores em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes.

18.4. A Concedente se reserva no direito de rejeitar, no todo ou em parte, a execução do objeto, se em desacordo com o disposto neste Instrumento.

18.5. Quaisquer exigências da fiscalização, inerentes ao objeto contratual, deverão ser prontamente atendidas pela Concessionária, sem ônus para a Concedente.

19. OBRIGAÇÕES DA UFLA

19.1. Entregar a área concedida desimpedida para instalação das moradias.

19.2. Proceder ao desconto em folha de pagamento das despesas decorrentes do contrato de concessão.

19.3. Disponibilizar acesso a energia elétrica.

19.4. Disponibilizar acesso a água.

19.5. Exercer fiscalização sobre os contratos de concessão.

19.6. Exigir, a qualquer momento, esclarecimentos à concessionária em virtude de fatos e circunstâncias omissas neste instrumento e no contrato de concessão.

19.7. Exigir da concessionária a fiel execução do contrato de concessão.

19.8. Notificar, por escrito, a concessionária, por quaisquer irregularidades constatadas na execução do contrato, solicitando providências para regularização das mesmas.

19.9. Manter arquivado, junto ao contrato, toda correspondência trocada entre as partes.

19.10. Manter firme e valiosa a concessão, desde que sejam mantidas as condições contratuais, salvo caso de força maior, conveniência ou oportunidade administrativas.

19.11. Emitir relatórios de quitações do valor mensal da concessão, do consumo de energia elétrica e de água, quando solicitado pela concessionária.

19.12. Designar comissão de fiscalização composta por servidores da instituição para acompanhar e fiscalizar o contrato, conforme previsto no artigo 67 da Lei 8.666 de 21 de junho de 1993.

19.13. Dar prazo mínimo de 30 (trinta) dias para que a concessionária restitua o imóvel à UFLA, caso seja necessário que a UFLA solicite o mesmo, devendo, ainda, fazer essa comunicação por escrito e expor os motivos da decisão.

20. OBRIGAÇÕES DA CONCESSIONÁRIA

- 20.1. Responsabilizar-se pelas adequações necessárias ao bom e regular usufruto da área concedida.
- 20.2. É de responsabilidade única e exclusiva da concessionária prover o mobiliário e equipamentos necessários para sua instalação e de sua família.
- 20.3. Responsabilizar-se pelo controle de pragas urbanas que, por ventura, acudirem o imóvel.
- 20.4. Identificar todos os equipamentos e móveis de sua propriedade.
- 20.5. Registrar junto à PROPLAG todos os moradores do imóvel concedido, conforme ocorrerem variações ao longo do contrato de concessão, quer seja aumento ou diminuição de moradores.
- 20.6. Após comprovação do fato, responder por todos os danos e prejuízos causados ao patrimônio da UFLA e de terceiros por algum dos moradores do imóvel ou de seus convidados, nos âmbitos administrativo, civil e criminal.
- 20.7. Fazer a manutenção interna da área de concessão nas instalações elétricas, hidráulicas, pintura, rachaduras, e outras pertinentes, sempre que necessário e às suas expensas.
- 20.8. Primar pela utilização de equipamentos consumidores de energia elétrica com certificado de consumo de energia "A", emitidos pelo INMETRO.
- 20.9. Responsabilizar-se pelo pagamento das despesas oriundas do consumo de água, energia elétrica e outras que vierem a ser legalmente instituídas pela UFLA.
- 20.10. Aceitar a consignação em folha de pagamento referente às despesas com o valor do aluguel, do consumo de água e de luz e outras que forem legalmente instituídas durante a vigência do contrato de concessão de uso.
- 20.11. Cuidar e dar manutenção na área adjacente e perimetral ao imóvel concedido.
- 20.12. Jamais indispor-se com a UFLA em virtude desta dispor espaços do campus universitário para eventos e apresentações artístico-culturais.
- 20.13. Restituir, nas mesmas condições que lhe foram entregues para uso, a área e instalações cedidas, quando oportunamente disposto pela UFLA.
- 20.14. Manter firme e imperioso o contrato, sendo vedado ceder, sublocar ou transferir a concessão de uso de espaço público celebrado entre a UFLA e a concessionária a terceiros.
- 20.15. Para fins de rescisão do contrato, deverá a concessionária informar à UFLA por escrito, e motivadamente, a data que se pretende deixar o imóvel, no prazo mínimo de 30 (trinta) dias antes da mudança.

21. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

- 21.1. À Concessionária poderão ser imputadas sanções administrativas decorrentes da inexecução parcial ou total do contrato de concessão de uso, observando-se a legislação vigente e pertinente, sendo-lhe garantidos todos os seus direitos.
- 21.2. O contrato de concessão de uso poderá ser rescindido, nos termos da legislação pertinente.
- 21.3. As relações jurídicas e administrativas do contrato de concessão se extinguirão automaticamente no caso de aposentadoria do servidor/concessionário, extinção do vínculo do mesmo para com a UFLA ou qualquer outro caso em que não esteja em efetivo exercício na UFLA.

22. DA RESCISAO

- 22.1. A inexecução total ou parcial do Contrato enseja a sua rescisão, conforme o disposto nos artigos 77 a 80 da Lei nº 8.666/93.

22.2. Os casos de rescisão contratual devem ser formalmente motivados nos autos do processo, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

22.3. A rescisão do contrato poderá ser:

22.3.1. Determinada por ato unilateral e escrito da Administração, nos casos enumerados nos incisos I a XII e XVII do art. 78 da Lei nº 8.666/93, acarreta as consequências previstas nos incisos II e IV do art. 80 do mesmo diploma legal.

22.3.2. Amigável, por acordo entre as partes, reduzida a termo nesta licitação, desde que haja conveniência para a Administração da Universidade Federal de Lavras.

22.4. A rescisão administrativa ou amigável deve ser precedida de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente.

22.5. Na hipótese de se concretizar a rescisão contratual, poderá a Administração adquirir o objeto licitado de licitantes classificados em colocação subsequente, observadas as disposições constantes no inciso XI do art. 24 da Lei nº 8.666/93, ou efetuar nova licitação.

23. DA CONCORRÊNCIA

23.1. A critério da Universidade Federal de Lavras, esta Concorrência poderá:

23.1.1. Ser anulada se houver ilegalidade de ofício ou por provocação de terceiros, mediante parecer escrito e devidamente fundamentado.

23.1.2. Ser revogada, a juízo da Administração da Universidade Federal de Lavras, se for considerada inoportuna ou inconveniente ao interesse público, decorrente de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta.

23.2. Será observado, ainda, quanto ao procedimento desta Concorrência:

23.2.1. A anulação do procedimento licitatório por motivo de ilegalidade não gera obrigação de indenizar, ressalvado o disposto no parágrafo único do art. 59 da Lei nº 8.666/93.

23.2.2. No caso de desfazimento do processo licitatório, fica assegurado o contraditório e a ampla defesa.

24. DA EXECUÇÃO E OS CASOS OMISSOS

24.1. A execução do instrumento contratual, bem como os casos nele omissos, regular-se-ão pelas cláusulas contratuais e pelos preceitos de direito público, aplicando, supletivamente, os princípios da teoria geral dos Contratos e as disposições de direito privado, na forma do art. 54 da Lei nº 8.666/93 c/c o inciso XII do art. 55 do mesmo diploma legal.

25. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

25.1. Após o (a) Presidente da Comissão Permanente de Licitação declarar encerrado o prazo para recebimento dos envelopes, nenhum outro será recebido e tampouco serão permitidos quaisquer adendos ou esclarecimentos preliminares relativos à documentação apresentada.

25.2. Não será admitido o encaminhamento de documentação via fax e por e-mail.

25.3. A participação do licitante no presente certame licitatório implica total concordância com os termos deste Edital e seus Anexos.

25.4. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital, exclui-se o dia do início e inclui-se o do vencimento, observando-se que só se iniciam e vencem prazos em dia de expediente na UFLA.

25.5. Na hipótese de não haver expediente no dia da abertura da presente Concorrência, ficará esta transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo local e horário anteriormente estabelecidos.

25.6. No caso de alteração deste Edital, no curso do prazo estabelecido para o recebimento dos documentos de habilitação e classificação, este prazo será reaberto, exceto quando, inquestionavelmente, a alteração não afetar a documentação necessária para abertura da sessão pública.

25.7. Quaisquer informações complementares sobre o presente Edital e seus Anexos poderão ser obtidas pelo telefone nº (35) 3829-1130 ou pelo endereço eletrônico licita@dgm.ufla.br até cinco dias antes da data estabelecida para a abertura do certame licitatório.

25.8. Para as demais condições de contratação, deverão ser observadas as disposições constantes neste Edital e nos seus Anexos.

26. DOS ANEXOS

26.1. São partes integrantes deste Edital:

ANEXO I - Projeto Básico.

ANEXO II - Indicação do(s) Imóvel(is) Pleiteado(s) e Ordem de Preferência.

ANEXO III - Declaração de Inexistência de Fatos Impeditivos.

ANEXO IV - Minuta do Contrato.

ANEXO V - Declaração de Não Possuidor de Imóveis.

ANEXO VI - Declaração de Visita Técnica.

ANEXO VII - Declaração de Não Vistoria.

ANEXO VIII - Descrição das Residências.

ANEXO IX - Mapa de Localização e Foto das Residências.

27. DO FORO

27.1. Com fundamento no inciso I do art. 109 da Constituição Federal, as s questões decorrentes da execução desta Concorrência, que não possam ser dirimidas administrativamente, serão processadas e julgadas pela Justiça Federal, Subseção Judiciária de Lavras, Estado de Minas Gerais.

Lavras - MG, 14 de março de 2017.

GLENER ALVARENGA MIZAEI
Presidente da Comissão Permanente de Licitação